

política

Itália quer novo julgamento de extradição de Zambelli

Decisão favorável a Carla Zambelli levou à soltura da ex-parlamentar

/ JUSTIÇA

A Corte de Cassação da Itália decidiu, nesta quarta-feira, que o julgamento que mandou extraditar a ex-deputada federal Carla Zambelli ao Brasil deve ser refeito. Com isso, fica anulada a decisão que mandou extraditar Zambelli, que segue como foragida da Justiça brasileira.

O advogado de Zambelli no Brasil, Fábio Pagnozzi, informou à Agência Brasil que a Corte de Cassação, a mais alta instância do Judiciário italiano, entendeu que houve “vícios” no julgamento que mandou extraditar a ex-deputada, realizado no Tribunal de Roma.

“A Corte de Cassação então entendeu que haveria vícios no julgamento e pediu então que se julgasse novamente em uma outra turma. Uma vitória para a defesa”, disse Pagnozzi.

Zambelli foi condenada à extradição ao Brasil pela 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Roma, tendo recorrido à Corte de Cassação. A Corte superior italiana já havia negado um primeiro pedido de extradição relacionado à condenação de Zambelli pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrido em 2023.

A decisão favorável a Zambelli levou à soltura da ex-deputada por São Paulo, até então presa na Itália.



Para Judiciário italiano, houve ‘vícios’ no processo contra ex-deputada

Nesta quarta-feira, a Corte de Cassação analisou o pedido de extradição ligado a outro crime da ex-parlamentar, que levou à condenação de Zambelli a cinco anos e três meses de prisão por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo.

Zambelli foi condenada por perseguir, com arma de fogo, o jornalista Luan Araújo às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. A perseguição começou após ex-deputada e Luan trocarem provocações.

“Agora, vai para uma outra Turma [do Tribunal de Roma] para que se julgue novamente o processo da arma [de fogo]. Tenho certeza que, no final, a extradição vai ser negada”, completou o advogado Fábio Pagnozzi.

Por ter dupla cidadania, Carla Zambelli fugiu do Brasil após ser condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a dez anos de prisão pela invasão do sistema do CNJ para emissão de mandado de prisão falso contra o ministro da Corte Alexandre de Moraes.

Em julho do ano passado, a então deputada foi presa em Roma, capital da Itália. Na semana passada, a Advocacia-Geral da União (AGU) voltou a pedir a extradição da ex-parlamentar.

“A posição do Estado brasileiro observa os parâmetros estabelecidos pelo Tratado de Extradicação celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, bem como pelas normas internacionais aplicáveis à cooperação jurídica em matéria penal”, declarou a AGU.

TCU lança painel inédito para rastrear emendas

/ CONTROLE EXTERNO

O Tribunal de Contas da União (TCU) lançou nesta quarta-feira o inédito painel com a rastreabilidade de emendas parlamentares com a identificação dos deputados e senadores, partidos políticos, formas de execução, entes favorecidos, dentre outros detalhes. A Corte tem apreciado, com recorrência, processos sobre possíveis irregularidades na aplicação desses recursos.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) lidera a lista de autores de emendas parlamentares em 2026, com R\$ 1,23 bilhão. Também em 2026, Brasília, Cuiabá e Fortaleza lideram em municí-

pios mais beneficiados neste ano, com valores de R\$ 265,4 milhões a R\$ 454,4 milhões. O painel está disponível para acesso público no site do TCU.

“Há o acompanhamento da execução desde o início, passando pelo convênio, contrato, licitação, objeto da obra, notas fiscais cruzadas com saques em banco”, declarou o presidente do Tribunal de Contas, Vital do Rêgo Filho.

“Foi um dos compromissos que eu assumi no ano passado, que nós teríamos condição de rastrear essas emendas, o que não acontece nos dias de hoje”, ressaltou.

As emendas, previstas na Constituição, estão divididas em

quatro modalidades principais: individuais (RP6), de bancada estadual (RP7), de comissão (RP8) e de relator (RP9). O Supremo Tribunal Federal (STF) já julgou, em 2022, como inconstitucional o “orçamento secreto”, como ficaram conhecidas as emendas de relator (RP9).

Na Lei Orçamentária de 2025, a despesa fixada para as emendas parlamentares individuais, de comissão e de bancada alcançou R\$ 50,4 bilhões. Além disso, foram estimados pelo TCU cerca de R\$ 9,2 bilhões via emendas apresentadas pelo Congresso Nacional ao PLOA, embora formalmente classificados como despesas discricionárias do Poder Executivo.

Projeto autoriza anúncios de prevenção ao suicídio em viadutos

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Porto Alegre aprovou ontem, por unanimidade, um projeto que dispõe sobre a autorização da instalação de placas de prevenção ao suicídio em espaços como viadutos, túneis, pontes e elevadas. Até então a veiculação de publicidade é vedada nesses locais pela legislação do município.

A proposta, de autoria do vereador Márcio Bins Ely (PDT), altera a Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999, que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no município. O objetivo é prevenir o suicídio e também garantir qualidade de vida para os cidadãos. A vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB) entrou com uma emenda que se atenta à escolha das palavras das placas, com a justificativa de que algumas frases podem não ter um efeito positivo. Profissionais do Centro de Valorização da Vida (CVV) estiveram presentes na plenária.

Também foi aprovado o projeto do vereador Roberto Robaina, que institui o Programa Bosques de Bairro no Município de Porto Alegre, destinado à promoção da



Vereador Márcio Bins Ely é autor do projeto que altera lei de 1999

restauração ecológica, da biodiversidade urbana e da melhoria da qualidade ambiental.

O projeto da vereadora Cláudia Araújo (PSD), que institui a Campanha Tem Saída foi aprovado de forma simbólica. A proposta visa promover a autonomia financeira e profissional das mulheres vítimas de violência doméstica.

O último projeto aprovado pelos parlamentares é oriundo do Executivo e cria 10 cargos de Fonoaudiólogo e extingue nove cargos de Laboratorista de Solos e Asfalto, 17 cargos de Operário Especializado e 18 cargos de Operador de Rede, todos de provimento efetivo na prefeitura.

Catadores fazem protesto em frente ao Legislativo de Porto Alegre

ELSON SEMPÉ PEDROSO/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC



A sessão desta quarta-feira foi marcada por uma manifestação dos catadores autônomos, que pedem a avaliação de um projeto que cria a Política Municipal de Inclusão Produtiva dos Catadores e Catadoras Autônomos de Materiais Recicláveis do Município de Porto Alegre. O grupo realizou um ato em frente à Câmara. O texto do PLE 020/26 não estava previsto na ordem do dia e tem como uma das disposições a substituição gradual dos veículos de tração animal e humana. O vereador Ramiro Rosário (Novo) anunciou em plenária a entrada de um substitutivo e o requerimento de uma audiência pública para analisar o projeto. O líder da base do governo, vereador Idenir Cecchim (MDB), garantiu que os catadores não teriam seu trabalho afetado durante o processo.